

A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

META

Compreender a importância das diferentes correntes geográficas e sua relação com a geografia escolar

OBJETIVOS

O objetivo desta aula é identificar as principais características metodológicas entre a geografia tradicional e a geografia atual na construção do pensamento geográfico, relacionar as dificuldades de abordagem de alguns conteúdos da disciplina a diferentes correntes teóricas de formação do professor.

PRÉ-REQUISITOS

Atualização dos conteúdos da geografia aos conteúdos do ensino em geografia

INTRODUÇÃO

Nesta aula vamos conhecer as principais tendências no ensino de Geografia, suas origens nas correntes teóricas da ciência geográfica e as possibilidades de aplicação em sala de aula. Para aprofundar seus conhecimentos e facilitar a leitura desta aula, recomendamos que você releia o material da disciplina de História do Pensamento Geográfico. Lá você encontrará os fundamentos das correntes de pensamento da Geografia referenciadas aqui.

A Geografia, assim como as outras ciências, não é estática e se desenvolve a partir dos seus objetos e de suas ações. Estes objetos interagem entre si e estão presentes no espaço. Espaço dinâmico e heterogêneo que assume o caráter de principal objeto de estudo da ciência.

Esta dinâmica espacial cria fatos que remontam o pensamento geográfico. Surgem novos paradigmas decorrentes dos novos acontecimentos. Embora a ciência geográfica tenha transcorrido este percurso, a ruptura de um paradigma para outro não ocorreu repentinamente. Tampouco um superou o outro. Desta última afirmação transparece o cerne da questão inicialmente levantada na aula anterior: Como ensinar Geografia? Pois toda transposição didática da disciplina têm sido realizada a partir da Geografia tradicional.

PRINCIPAIS ENFOQUES SOBRE A GEOGRAFIA E O ENSINO

No Século XIX, a Geografia começou a usufruir o status de conhecimento organizado, através da chamada Geografia Tradicional. Uma das questões mais delicadas que se arrasta ao longo dos séculos é sobre o objetivo fundamental do estudo da Geografia, o que acabou por trazer para a prática, contradições dicotômicas como a dicotomia Geografia Física x Geografia Humana, em que a primeira estudava o quadro natural e a segunda, a distribuição dos aspectos originados pelas atividades humanas.

Outra contradição foi a dicotomia entre Geografia Geral x Geografia Regional. A primeira procurava estudar a distribuição dos fenômenos na superfície da Terra, o que resultou na Geografia Sistemática e na subdivisão da Geografia; a segunda procurava estudar as unidades componentes da diversidade de determinada área, da superfície terrestre, em que o geógrafo desenvolveu a habilidade descritiva.

Tentando superar as dicotomias e os procedimentos metodológicos da Geografia Regional, a Nova Geografia desenvolveu-se procurando incentivar e buscar um enquadramento maior da Geografia no contexto científico global.

Conforme Christofolletti (1997), nos anos 50 e 60, começa a aparecer nova estrutura teórica que culminou com o uso de técnicas estatísticas e matemáticas para a análise dos dados. Aparecem obras de teorização e quantificação e introduzem-se nas universidades brasileiras as disciplinas relacionadas à quantificação na Geografia.

Marcando a superação da Nova Geografia, começam a surgir as tendências alternativas. Nas últimas décadas ganharam ascensão três tendências: a Geografia Humana, Geografia Idealista e a Geografia Radical ou Crítica.

A Geografia Humanística tem suas bases teóricas na Geografia da Percepção. A tarefa básica do geógrafo humanista é mostrar como são espaço e lugar, através de uma estrutura coerente, com a valorização da percepção.

A Geografia Idealista representa a tendência para valorizar a compreensão das ações envolvidas nos fenômenos, procurando focalizar o seu aspecto interior, o pensamento subjacente às atividades humanas. A meta do geógrafo idealista é, segundo Christofolletti (1997), compreender a resposta racional para o fenômeno, mas não na explicação do fenômeno em si, com focalização maior na tendência histórica do que na espacial, e atribuindo importância ao pensamento.

Já a Geografia Crítica, Radical, de Relevância Social ou Marxista como é conhecida, iniciada na década de 1960, é uma corrente geográfica preocupada em ser crítica e atuante. Interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações sócioeconômicas. Os geógrafos críticos têm por base a filosofia marxista, que tem por objetivo colaborar ativamente para a transformação da sociedade.

A Geografia Crítica ou Radical faz a análise geográfica, baseada nos aspectos indissociáveis da natureza e da sociedade. Não sendo, portanto, possível definir a natureza sem que esteja presente o homem, já que é o trabalho que mediatiza a relação entre o homem e a natureza. Alguns autores da Geografia Crítica: Yves Lacoste, Massimo Quaini, David Harvey, James Anderson e os brasileiros Milton Santos (que critica a Nova Geografia com rigor teórico e aponta falhas no caráter eminentemente descritivo, com necessidade da explicação para se atingir a cientificidade) e Ruy Moreira.

A partir da década de 70, intensificou-se no Brasil a reflexão sobre a proposta teórico-metodológica, sendo o positivismo clássico e o historicismo questionados pelos geógrafos teóricos da Geografia quantitativa. Em 1976, a obra de Yves Lacoste, “A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, questiona a forma como foi trabalhado o ensino e revela a postura do Estado como dominador, que concentra o saber, enquanto ao cidadão revela-se o saber fragmentado. A partir disso, os geógrafos atribuíram maior importância ao conteúdo político da Geografia.

Nos anos 80, teóricos de orientação marxista influenciam a produção geográfica, iniciando a década das transformações nos conteúdos e nas abordagens da Geografia.

A Geografia Crítica, no Brasil, apresentou um grande crescimento nos últimos vinte anos. Porém, segundo Oliveira (2003), o momento atual da Geografia é vivido por um embate teórico-metodológico e prático em três frentes:

Frente 1: Temos no ringue uma briga entre a Geografia tradicional (descritiva e determinista) e a chamada “new geography”, construída sobre o neopositivismo e também apresentada como Geografia quantitativa, Geografia teórica, Geografia moderna, Geografia pragmática etc.

Frente 2: Neste ringue temos um embate entre a Geografia tradicional (descritiva e determinista) e a Geografia crítica (fundamentada no materialismo histórico).

Frente 3: Este é o ringue mais movimentado, que está com a luta cada vez mais acirrada entre a “new geography”, construída sobre o neopositivismo e a Geografia crítica (fundamentada no materialismo histórico).

Na prática, ainda não é possível afirmar a hegemonia desta ou daquela corrente. Ainda segundo Oliveira (2003), o que se observa é a aparência de uma grande confusão entre a maioria dos professores de Geografia que se vê envolta por uma discussão da qual não tem participado. É da ampliação deste debate que nascerá a hegemonia desta ou daquela corrente.

Debate este que continuará com os problemas apontados no livro de Massimo Quaini:

A Geografia revela hoje sua alma dualista: oscila e continua oscilando entre determinismo e possibilismo, entre naturalismo e historicismo idealista, entre uma causalidade materialista e um finalismo indeterminado. Isto é, de um lado, tende-se a considerar como real somente a necessidade ou causalidade material (e, portanto, o homem como ser natural determinado pelo ambiente e a sociedade humana reduzida a um formigueiro); do outro, considera-se como real somente o finalismo ou a liberdade da ação humana (e, portanto, o ambiente como livre criação do homem)” (QUAINI, 1979, p. 22).

Para Vesentini (2003), o professor que elabora uma reflexão crítica sobre o seu papel e o da Geografia como disciplina, percebe que, ao estar inserida numa sociedade dividida por interesses antagônicos, a escola é um campo de luta de classes: serve para a reprodução das relações de dominação, para a preparação do trabalho dócil ao capital e como reprodutor da ideologia dominante. Neste aspecto, a função do ensino de Geografia é a de difundir uma ideologia do “Estado-Nação”, tornar essa construção histórica como algo natural. Assim, o estudo do Brasil deve começar pela área e formato do território, latitude e longitude, destacando sua imensa riqueza e natural e o seu centro geográfico do país. Desta forma, Brasil passa a significar território e não povo e sociedade, e governo passa a significar administrar, gerenciar, e nunca fazer política no sentido verdadeiro da palavra.

OS DESAFIOS DE ABORDAGEM E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

A dificuldade com o objeto de estudo da Geografia é assunto debatido a todo momento nos eventos científicos da disciplina. Recentemente, levantou-se um debate acirrado sobre as implicações destes conflitos epistemológicos no ensino da Geografia nos níveis básico. Isso significa reconhecer que há ambigüidades e os problemas da Geografia como ciência não estão restritos ao ambiente das universidades onde ela é investigada. Os alunos da Educação Básica sofrem também com estes dilemas. Os livros didáticos são a principal (e às vezes única) fonte de informação dos professores e passam ao longo do tempo por crises em sua abordagem. O caráter ideológico da Geografia pode transformá-la em um instrumento legítimo de construção da cidadania ou em um panfleto contestador mal elaborado e ineficiente. A definição do papel do professor, diante da complexidade dos conteúdos da disciplina, torna-se um mediador da leitura de mundo dos alunos em uma sociedade em constante transformação.

Invariavelmente, percebemos um descompasso entre o enfoque no conteúdo escolhido pelo professor e o público alvo ao qual este conteúdo se destina, como se emissor e receptor utilizassem códigos completamente distintos. Um conteúdo com enfoque **marxista** em uma turma de ensino médio de uma escola de elite será tão inócuo quanto um enfoque **neoliberal** na escola pública da periferia.

O conceito de materialismo histórico reproduzido aqui pode ser encontrado nas mais variadas formas em livros didáticos de Geografia, principalmente quando tratam de aspectos históricos e econômicos de uma determinada região. Isso não significa que todos os autores utilizaram a mesma concepção ou que será possível utilizar o materialismo histórico em todos os conteúdos tratados pela disciplina. Um exemplo prático é a abordagem dos conteúdos de Geografia Física. O fato destas abordagens aparentemente surgirem destituídas de uma fundamentação ideológica, passam a falsa impressão de serem mais científicas, ou neutras. Esta falsa impressão pode levar o professor a acreditar que seria possível transmitir esta “neutralidade” para os demais conteúdos da disciplina.

Vamos levantar um debate a seguir que poderá ser bastante revelador para esta questão.

A (DE) FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E SEU DISCURSO

Como argumentos gerais, o discurso do professor deverá ser estruturado a partir de quais princípios? Como vimos anteriormente que a neutralidade

Marxismo

O Marxismo é o conjunto de idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores. Interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo.

Neoliberal

Doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em grau mínimo.

no papel do professor é impossível, todos nós carregamos nossa bagagem de conhecimentos, nossas idéias e nossa posição político-ideológica que irá fundamentar-se em uma determinada corrente do pensamento geográfico. Outra questão importante está centrada no papel do professor, especificamente o professor de Geografia. Uma vez que alguns professores pensam (ou são encorajados a pensar) que seu papel em sala de aula está relacionado ao processo de conscientização dos alunos, que serão formados ideologicamente a partir do seu discurso. Neste aspecto, Vesentini trata deste assunto questionando o conceito de “conscientização”. Segundo ele,

“Esse termo está na moda atualmente entre os que se preocupam com a renovação do ensino, e deriva da pedagogia de Paulo Freire. Mas ele é usado em dois sentidos bastante diferentes. Suas origens extrapedagógicas, como se sabe, localizam-se na idéia de “consciência de classe” ou consciência “para si” (da classe, o “em si”) (VESENTINI, 2003, p. 114).

Nesse aspecto, merece cuidado o que se entende por conscientização e doutrinação, uma vez que no ambiente da escola, muitos professores assumem posturas aparentemente libertadoras, mas que no fundo, reforça a forma autoritária de ensino, onde se tem o professor como “dono da verdade” e aluno como repositório passivo decorador das lições. E o que fazer para evitar cair nesse caminho? Como trabalhar com uma disciplina de forte conteúdo ideológico sem caminhar nas trilhas da doutrinação?

Como já comentamos na primeira aula, é fundamental entender a especificidade do processo educativo, que educação também é uma forma de luta de classes, mas específica e diferente da fábrica ou do partido. E, na realidade, o professor nunca irá “conscientizar” ninguém, mas no máximo contribuir para que determinadas potencialidades do educando (a criticidade, a logicidade, a criatividade) se desenvolvam. Mas esse desenvolvimento não é fruto de ensinamentos do professor, no sentido de “ensinar a ser crítico”, mas sim resultado do aprendizado do aluno, do seu esforço nas discussões, elaboração de atividades, leitura de textos etc. E, principalmente, da relação entre o conteúdo a ser estudado com a sua vida, os seus problemas e do mundo onde vive.

Para Vesentini (2003), freqüentemente os professores da Educação Básica clamam por um especialista do ensino superior para estabelecer o conteúdo correto a ser ensinado aos seus alunos. A cooperação entre os diversos níveis de ensino deve existir e é benéfica, mas não deve degenerar em tutela do ensino superior sobre os outros. O Ensino Fundamental e Médio, longe de ser apenas um apêndice do universitário (como geralmente se imagina), no caso da Geografia possui claramente uma mão dupla (influências recíprocas) e muitas vezes foi a partir do papel social do ensino que a Geografia acadêmica teve seu papel de pesquisa reconhecido e legitimado.

Isso significa que a prática, que a Geografia como ciência, necessita

de sua construção realizada na base de sua estrutura como um caminho de retro-alimentação para os debates acadêmicos sobre seus pressupostos teórico-metodológicos.

Por isso, acreditamos que apesar das inúmeras contradições que constroem o pensamento geográfico, A partir deste movimento crítico escola – universidade - sociedade, nasce uma proposta para o ensino de Geografia. Este debate tem como objetivo transformar o aluno passivo em um ser crítico, capaz, desde o início do processo de aprendizagem a criar/ construir o saber.

CONCLUSÃO

A Geografia é uma disciplina envolvida em profundo questionamento quanto ao seu objeto e método, há cerca de três décadas, que busca se livrar de paradigmas forjados por mais de cem anos de domínio absoluto do positivismo clássico. Enquanto isso, o ensino de Geografia encontra um abismo intransponível entre a evolução do pensamento geográfico com suas inúmeras correntes e mudanças e a prática da disciplina em sala de aula.

O debate realizado nas universidades não chega até o professor que está em sala de aula, e que tem, na maioria dos casos, como única referência e orientação o livro didático. Felizmente, nos últimos anos, vem acontecendo uma aproximação entre a academia e os professores da rede de ensino fundamental que resulta em propostas desafiadoras para o ensino de Geografia, porém, cabe ao professor desenvolver a visão de totalidade da sociedade brasileira. E esta totalidade é produto da unidade na diversidade, logo, síntese de múltiplas determinações. E a transmissão desses conceitos passa necessariamente pela questão ideológica, da ideologia de classe que o professor está inserido.

RESUMO

Nesta aula, estabelecemos uma relação entre as principais correntes do pensamento geográfico e a influência de suas teorias no ensino de Geografia na Educação Básica. O alinhamento a uma destas correntes é determinante para a escolha da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, seja através dos livros didáticos escolhidos, textos complementares, apresentação de conteúdos e formas de avaliação.

Ao conhecer os conflitos, as divergências e a pluralidade de idéias desta disciplina, o professor estará mais apto e seguro a escolher seu próprio caminho e alcançar o sucesso em seu trabalho.





ATIVIDADES

Segundo o Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “não somos o que muitas vezes apenas pensamos ser, somos, isto sim, aquilo que produzimos, aquilo que praticamos, pois não se mede um homem pelo que ele pensa de si e sim pelo que ele efetivamente produz”. Considerando sua trajetória e sua prática em sala de aula, escreva sobre sua identificação com uma das correntes do pensamento geográfico. Explique por que você identifica sua prática pessoal e profissional com esta corrente, refletindo sobre esta identificação. Publique também no fórum desta aula no ambiente virtual, para compartilhar suas impressões com seus colegas, enriquecendo o debate.



LEITURA COMPLEMENTAR

VESENTINI, J.W. O Ensino de Geografia no Século XXI. Campinas, Papirus, 2007.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As tendências e posturas assumidas no ensino de Geografia revelam o posicionamento e ideologia dos professores. A realidade vivenciada nas escolas explica como as sociedades produzem o espaço, conforme os seus interesses em determinados momentos históricos e esse processo implica em transformação contínua.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos conhecer as diferentes concepções pedagógicas adotadas no Brasil, e uma breve revisão das principais teorias de aprendizagem.



AUTOAVALIAÇÃO

Depois desta discussão sobre o ensino de Geografia, elabore um texto refletindo sobre a prática da disciplina utilizada atualmente e quais os elementos que precisam ser adequados ou modificados para transformar a Geografia que se ensina na escola em uma disciplina que forma cidadãos críticos e capazes de transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

- CHRISTOFOLETTI, Antônio. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. São Paulo: Difel, 1997.
- OLIVEIRA, A.U. (org). Para Onde Vai o Ensino de Geografia? São Paulo, Editora Contexto. 2003.
- OLIVEIRA, D.A. Política Educacional nos Anos 1990: Educação Básica e Empregabilidade, in: DOURADO, L.F. e PARO, V.H. (org.). Políticas Públicas e Educação Básica, São Paulo: Xamã, 2001.
- VESENTINI, J. W. (Org.) Geografia e Ensino: Textos Críticos. Campinas: Papirus, 1989.
- FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho & Água, 1998.
- LACOSTE, Yves. Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. São Paulo: Papirus, 1988.